



## **Rádio Ipanema Comunitária e Rádio Comunitária do Bairro São Jorge: os desafios da participação comunitária<sup>1</sup>**

Daniela Ramirez de FREITAS<sup>2</sup>

Neusa Maria Bongiovanni Ribeiro<sup>3</sup>

Universidade Feevale, Novo Hamburgo, RS

### **RESUMO**

Este artigo trata sobre comunicação comunitária e o uso do meio radiofônico, através de duas experiências distintas. É uma parte de uma pesquisa mais ampla, que constitui monografia de graduação, realizada no ano de 2010, seguida de novas pesquisas sobre rádios comunitárias em 2011. Os veículos aqui implicados são a Rádio Ipanema Comunitária, de Porto Alegre/RS e a rádio comunitária localizada no bairro São Jorge, em Novo Hamburgo/RS, ainda em fase de implantação. O objetivo é compreender os diferentes contextos em que se constituem as experiências da radiodifusão comunitária. Este artigo aborda o contexto atual da comunicação comunitária, além dos resultados obtidos com as análises já mencionadas. A base teórica se estabelece a partir de autores como Cicília Peruzzo, Raquel Paiva, Denise Cogo, entre outros.

**PALAVRAS-CHAVE:** Comunicação comunitária; rádio; cidadania; participação.

### **1. INTRODUÇÃO**

Os estudos da comunicação comunitária são essenciais para a compreensão da comunicação e do jornalismo de forma mais ampla. A partir de pesquisas sobre o tema, é possível compreender o papel do jornalista, em diferentes situações da profissão, bem como sua atuação como cidadão. Além disso, a importância da comunicação na sociedade atual pode ser percebida de forma mais clara, quando a população se torna ativa nos processos comunicacionais, tornando-os mais horizontais.

Este trabalho pretende compreender experiências empíricas vivenciadas por diferentes grupos, que sentiram a necessidade de trabalhar a comunicação como elemento de troca de saberes da vida em comunidade. Tratam-se de diferentes contextos do processo da radiodifusão comunitária, que serão esclarecidos através deste estudo.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na Divisão Temática de Comunicação, Espaço e Cidadania, da Intercom Júnior – VI Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Bacharel em Jornalismo pela Universidade Feevale (2010/02), de Novo Hamburgo/RS, e-mail: [daniela.ramirez1@gmail.com](mailto:daniela.ramirez1@gmail.com)

<sup>3</sup> Orientadora do trabalho: Professora doutora do Curso de Comunicação Social da Universidade Feevale.



Foram pesquisadas duas experiências legítimas de comunicação comunitária, que possuem em sua constituição diferenças profundas e significativas e que apresentam os desafios na formação dos veículos de comunicação popular.

O primeiro passo foi conhecer e entender a trajetória da rádio *Ipanema Comunitária 87.9*, de Porto Alegre/RS. Esta parte do estudo foi realizada no segundo semestre de 2010, como processo que integrou uma pesquisa mais ampla para o trabalho de conclusão da graduação em jornalismo na Universidade Feevale, de Novo Hamburgo/RS. O segundo passo foi compreender a história da rádio comunitária do Bairro São Jorge, de Novo Hamburgo/RS. Esta parte da pesquisa foi realizada no primeiro semestre de 2011, após a conclusão da graduação.

Esta pesquisa foi elaborada a partir da análise bibliográfica de autores da comunicação comunitária e do radiojornalismo. Assim, as referências teóricas são de autores como Cicília Peruzzo, Raquel Paiva, John Downing, Denise Cogo, Luiz Artur Ferraretto, entre outros. O procedimento de estudo de caso, através de pesquisa exploratória, serve de base para se alcançar os objetivos propostos, por ser este um meio que possibilita a investigação de um fenômeno do mundo moderno inserido no contexto da vida real. A observação assistemática e entrevistas com pessoas que integraram o processo de formação dos veículos integram a pesquisa.

## **2. A comunicação e o uso das rádios comunitárias como instrumento de mobilização social**

Os meios de comunicação comunitária no Brasil são a expressão dos movimentos populares uma vez que, nem sempre, são contemplados com pautas de seus interesses, nos meios de massa. Esse contexto marca a luta pela democratização da comunicação, desde a segunda metade do século XX, principalmente, no Brasil, e em outros países latino-americanos. Cogo (2005) cita alguns indicativos que geraram novas possibilidades para o olhar comunitário da comunicação:

O fim das ditaduras nos anos 1980 na maioria dos países latino-americanos; a perda de espaço da chamada Igreja progressista, ligada à Teologia da Libertação; as lutas sociais que culminaram com a institucionalização de projetos como o das rádios e das televisões comunitárias no Brasil, no final dos anos 1990; e a aceleração dos processos de segmentação e fragmentação tecnológica, com a expansão da *Internet*, contribuíram para a pluralização dos cenários da comunicação comunitária. (COGO, 2005, *Internet*)



Paiva (1998) considera um progresso a existência de meios que busquem a mobilização social. Veículos que sirvam para grupos específicos se comunicarem, ainda que não haja o objetivo de discutir e interpretar suas mensagens. Paiva acredita que, se for considerado o panorama da concentração da comunicação nas mãos de poucos grupos empresariais, este é um avanço em relação à democratização da comunicação<sup>4</sup>.

Na comunicação comunitária, uma das características de fundamental importância é a intenção do uso dos meios. Paiva (1998, p. 160) entende que “a proposta social e seu objetivo claro de mobilização vinculado ao exercício da cidadania<sup>5</sup>” é o que caracteriza uma mídia comunitária, e “não sua capacidade de prestação de serviço”. Mas, isso não é o suficiente para caracterizar uma mídia comunitária. Uma das suas características essenciais é a participação, como explica Peruzzo (2007, p. 138).

A participação pode ocorrer no nível da mensagem (mais elementar), na produção de mensagens, materiais e programas (elaboração e edição dos conteúdos a serem transmitidos); no nível do planejamento (envolvimento das pessoas no estabelecimento da política dos meios, na formatação de veículos e de programas, na elaboração dos objetivos e dos princípios de gestão etc.); e no nível na gestão (participação no processo de administração e controle de um meio de comunicação).

Peruzzo (2007) destaca que nos tipos em que o sujeito não está envolvido diretamente no processo de constituição da mídia comunitária, e, portanto, não tem nenhum controle sobre as informações divulgadas nos veículos de comunicação, acaba, muitas vezes, sendo usado para manter uma estética da programação. A autora garante: “Quando o envolvimento se dá em nível mais elevado, o participante, além de contribuir na formulação de conteúdos, tem o poder de atuar no processo de decisões relativas à gestão dos meios” (PERUZZO, 2007, p. 138).

---

<sup>4</sup> É o processo pelo qual toda a sociedade vai se inserindo na produção, difusão e circulação de informações. Ver: Enciclopédia INTERCOM de Comunicação. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2010.

<sup>5</sup> Contemporaneamente, (cidadania) significa a participação integral do indivíduo na comunidade política, ou seja, a participação de todos no poder político, no bem-estar material e no nível de civilização vigente em determinada sociedade. Cidadania implica o reconhecimento por parte do Estado da igualdade entre os homens. Ver: Enciclopédia INTERCOM de Comunicação. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2010.



Tratando-se especificamente do rádio, existem diversos nomes e conceitos atribuídos a este veículo. A Associação Mundial de Rádios Comunitárias (AMARC)<sup>6</sup> revela que existem várias formas de denominar rádios comunitárias: *comunitárias, cidadãos, populares, educativas, livres, participativas, rurais, associativas, alternativas*, etc. De acordo com a associação, grandes ou pequenas, com muita ou pouca potência, as rádios comunitárias não fazem referência a um ‘lugarejo’, mas a um espaço de interesses compartilhados:

Nestas emissoras pode-se trabalhar com voluntários ou pessoal contratado, com equipamentos caseiros ou com o que há de mais desenvolvido tecnologicamente. Ser comunitário não se contrapõe à produção de qualidade nem à solidez econômica do projeto. Comunitárias podem ser as emissoras de propriedade cooperativa, ou as que pertencem a uma organização civil sem fins-lucrativos, ou as que funcionam com outro regime de propriedade, sempre que esteja garantida sua finalidade sociocultural. (AMARC, 2010, *Internet*)

Para Cogo (1998, p. 75) “não existe um modelo único de rádio comunitária, nem um modelo comparativo capaz de indicar o que torna ou não uma emissora mais popular que a outra”. É possível, conforme a autora, identificar ou classificar linhas distintas, que poderiam contribuir para a compreensão das diferentes experiências de rádio comunitária que vêm se desenvolvendo nos últimos anos na América Latina. Neste caso, a autora refere-se a emissoras geradas a partir de grupos religiosos, as *crístãs*; e a rádios criadas por associações e sindicatos, as *associativas*.

As emissoras comunitárias brasileiras sofrem, diariamente, com inúmeros problemas e desafios de diversas naturezas. A primeira dificuldade é conseguir autorização para entrar em funcionamento. Pode-se considerar que o número de emissoras legalizadas ainda é pequeno. A Associação Mundial de Rádios Comunitárias (AMARC) possui 3.000 entidades associadas em 106 países, sendo que 51 associadas são do Brasil.

---

<sup>6</sup> A AMARC é uma associação de coordenação, cooperação, consulta, intercâmbio e promoção para as rádios comunitárias em todo mundo. É reconhecida como organismo não-governamental internacional (ONGI), de caráter laico e sem fins-lucrativos. Na América Latina se divide em 06 sub-regiões: América Central, Caribe, México, Países andinos, Cone Sul e Brasil. Disponível em [brasil.amarc.org](http://brasil.amarc.org). Acesso em 04. nov. 2010.



A Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (ABRAÇO)<sup>7</sup> argumenta que as rádios comunitárias do Rio Grande do Sul, realmente comprometidas com as questões das comunidades, sofrem forte repressão do governo federal e da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL).

Somente no ano de 2006 foram fechadas no Rio Grande 244 emissoras comunitárias. Militantes foram presos, transmissores lacrados, equipamentos roubados, gente de bem sendo levada como bandido perigoso. De cada três rádios comerciais gaúchas, duas estão com a outorga vencida. Assim, 70% das emissoras comerciais, portanto, detentoras de concessão pública são simplesmente ilegais. (ABRAÇO, 2010, *Internet*)

O que se observa através dos estudos sobre rádios comunitárias é que mesmo as emissoras legalizadas têm dificuldades de funcionamento. O primeiro passo ao estarem legalizadas é buscar um espaço para a sua instalação, que, geralmente, é cedido pela comunidade. As comunidades, por sua vez, possuem poucos recursos financeiros, humanos, e técnicos. O que se busca para a manutenção da emissora é o apoio cultural de empresas/comerciantes da comunidade que propiciam apoio financeiro.

### **3. Rádio Ipanema Comunitária FM**

A rádio *Ipanema Comunitária 87.9 FM* surgiu em 2002, como canal de expressão de um movimento popular em defesa do meio ambiente do bairro Ipanema, na Zona Sul da capital gaúcha. O grupo fundador defendia a preservação de uma área verde, indicada para ser ocupada por um empreendimento imobiliário. Acreditava-se que uma empresa de comunicação tinha posicionamento favorável ao setor imobiliário, por interesses comerciais. Peruzzo (1998, p. 45) reconhece esse tipo de movimento como aquele que surge da diversidade de lutas coletivas: “São os movimentos que levantam a bandeira da preservação do meio ambiente, os que militam contra a alta do custo de vida e os que pleiteiam melhores condições de moradia, entre outros”.

Paiva (1998) identifica este tipo de iniciativa quando indica que a permanência dos veículos comunitários ou alternativos está inserida em um contexto em que os grandes conglomerados comunicacionais se tornam os detentores da versão pública dos

---

<sup>7</sup> A Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária é uma organização que surgiu em 1996. A ABRAÇO é uma organização de classe porque surge no enfrentamento ao monopólio dos meios de comunicação deste país, através da manifestação radiofônica das comunidades das cidades, periferias e do campo. Disponível em [www.abraconacional.org](http://www.abraconacional.org). Acesso em 04.nov.2010.



fatos e da verdade. Para a autora, trata-se de um momento em que restam poucas opções diferentes de espaços oferecidos, e o que está à disposição se apresenta como a versão oficial. Este é o panorama que permite o surgimento de novos atores informativos e novas propostas de comunicação.

Nesse contexto, surgiu no movimento do bairro Ipanema a necessidade de constituir a rádio comunitária, como resposta e oposição ao trabalho da mídia de massa. Naquele ano foi publicado um edital para entidades interessadas em se habilitar no serviço de radiodifusão comunitária. O grupo deu início a um procedimento de tramitação do pedido de outorga, conforme um dos gestores da rádio, o jornalista Doraci Engel.

Surgiu a idéia da rádio comunitária até para dar uma resposta ao boicote que nos estávamos sofrendo em função dos interesses da grande mídia com o setor imobiliário. E a questão do avanço imobiliário tem sido um dos principais problemas do ponto de vista da comunidade aqui de Ipanema, que é uma área que foi muito visada pela construção civil e que, em decorrência disso, passou por um processo de descaracterização e mesmo de desintegração comunitária, vamos dizer assim. (ENGEL, 2010, entrevista).

Paiva comenta sobre as respostas da população através da comunicação comunitária (1998, p. 59): “Considera-se que o veículo comunitário ‘surge como resposta prática às necessidades que tem a região de conhecer seus próprios problemas’, direcionando de maneira definitiva a forma de abordagem e o tratamento adotado na sua produção”.

Peruzzo (2002) analisa que são muitos os meios de comunicação que poderiam garantir a variedade de atores informativos. E, são poucos os ‘proprietários’ desses meios de comunicação. Isso gera o que a autora chama de “estrangulamento do direito constitucional de livre expressão”. Assim, a comunicação alternativa, aqui chamada, surge como uma das formas de libertação aos grupos, que não se vêem retratados satisfatoriamente nos meios.

A tramitação do pedido de outorga da Rádio Ipanema levou cerca de três anos para ser concluído. A rádio entrou efetivamente no ar em fevereiro de 2007. Engel (2010) considera que o tempo de espera foi curto, o que ele atribui à ausência de interferência política:



Foi relativamente rápido. E tudo isso registrado sem qualquer tipo de interferência política, de qualquer coisa desse tipo. O processo tramitou normalmente. Nós simplesmente nos ativamos a preencher as exigências que o ministério estava exigindo e, talvez, eu atribuo muito a isso, o fato de a gente ter tido uma tramitação mais rápida.

O veículo é mantido por uma entidade da sociedade civil, formada a partir do movimento de 2002. A *Associação Cultural Rádio Comunitária do Bairro de Ipanema* é composta, atualmente, por 50 associados da comunidade. Há um conselho comunitário, constituído por nove entidades da Zona Sul de Porto Alegre, que fortalece o funcionamento da rádio.

O que Peruzzo (1998) identificou como uma abertura de espaços “para a transmissão de produtos da cultura e da criatividade presentes na música, na canção, no desenho, na literatura [...] e em outras manifestações da população, que assim têm onde se expressar”, encontra-se na Rádio Ipanema. A emissora atinge todo o bairro Ipanema, em Porto Alegre, e parte de outros seis bairros vizinhos.

A grade de programação é composta por 14 programas, feitos voluntariamente por moradores e entidades da região onde a rádio está inserida. As temáticas dos programas são variadas. Há um programa sobre a cultura *Hip Hop*, chamado *Gueto RS*; outro sobre a cultura japonesa, o *Otaku Desu*; e outro programa sobre o tradicionalismo gaúcho, *Enquanto a Chaleira Chia*. As duas principais escolas do bairro também têm seu espaço na grade da programação. A Escola Estadual Odila Gay da Fonseca possui um programa chamado *Comunidade Escolar*, enquanto o Colégio Marista Ipanema desenvolve o programa *A Voz do Ipanema*.

Ao considerar que a participação é uma das dimensões essenciais da comunicação comunitária, Peruzzo (2007) alerta para os níveis diferenciados em que ocorre. Na comunicação comunitária, a participação pode ocorrer em níveis mais elevados, quando o indivíduo atua como sujeito ativo, como protagonista da elaboração de mensagens, na coleta de informações, na produção de programas, na confecção de boletins informativos etc., como também no planejamento e na gestão do canal de comunicação. Todos esses processos ocorrem na Rádio Ipanema Comunitária.

Os formatos dos programas também são diversificados, sendo alguns de debates, outros com entrevistas e, outros, com músicas. Alguns são gravados e outros são ao vivo. Participam da produção e apresentação dos programas pessoas leigas da comunidade, e, por isso, recebem orientação dos jornalistas que compõem a Associação





Cultural, como, por exemplo, os programas das escolas, que são resultado de oficinas de rádio desenvolvidas pela associação.

De acordo com o que foi observado durante a pesquisa, a rádio não apresenta a figura de alguém que domine o espaço prioritariamente, ou alguém que determine ou manipule como as produções devam ser feitas. Cada programa é feito por pessoas da comunidade, tanto no que diz respeito à técnica, quanto à produção e apresentação. No acompanhamento das produções dentro do estúdio, não havia a presença de um indivíduo com essas características. Nos contatos feitos com os produtores dos programas não houve intervenção dos gestores da rádio.

Não existem pesquisas que definam a quantidade ou um perfil de ouvintes da rádio *Ipanema Comunitária*. O que se sabe sobre a audiência é através de e-mails e comentários das pessoas da comunidade que ouvem os programas. Um aspecto comum, identificado entre as pessoas que acompanham a rádio, é o interesse pela vida em comunidade.

Os nossos ouvintes na verdade não são nossos ouvintes, são nossos defensores. São pessoas que não ouvem a rádio, na maior parte das vezes. Mas o que acontece com relação a esse ouvinte, que mesmo esse ouvinte sabe da existência da rádio, porque a rádio já é uma instituição aqui no nosso bairro e ele defende a rádio, porque ele acha importante ter. (ENGEL, 2010, entrevista)

Atualmente, a rádio *Ipanema Comunitária* potencializa o seu potencial democrático com a utilização da *Internet*. Possui o endereço virtual [www.ipanemacomunitaria.com.br](http://www.ipanemacomunitaria.com.br) desde 2007, através do qual é possível ouvir a programação, além de conferir informações sobre a comunidade e sobre os programas.

#### **4. Rádio Comunitária do Bairro São Jorge**

O interesse pela criação da rádio comunitária do Bairro São Jorge, em Novo Hamburgo/RS, surgiu entre 1997 e 1998, mesmo antes de ser estabelecida a Lei das rádios comunitárias (9.612/98). A emissora, em princípio, se estabeleceria em Canudos, um outro bairro próximo ao local onde, hoje, está situada. As primeiras articulações para a formação da emissora foram feitas por um padre da paróquia e o objetivo era criar uma rádio comunitária católica, que também contribuísse na formação espiritual e integração das igrejas, além da prestação de serviços informativos. Para que a





comunidade se sentisse envolvida com o projeto foi criada uma associação de moradores, integrantes da comunidade católica.

De acordo com Lourenço Dasembrock (entrevista, 2011), (um dos primeiros moradores a mobilizar sua vizinhança para a implantação da rádio comunitária), outra perspectiva era, de que, através de uma rádio, seria possível aproximar as pessoas e entidades da comunidade católica. Era uma tentativa de ajudar a população a superar as dificuldades, especialmente do mundo das drogas e da violência.

O exemplo seguido pelos católicos da região do bairro São Jorge, de Novo Hamburgo, seguiu o que outros tantos já tinham feito em diferentes localidades brasileiras e latino-americanas, como destacou Cogo (1998). Segundo a autora, a Igreja Católica já marcava presença no campo das rádios comunitárias na década de 1940 na América Latina. Na década de 1950, segundo Cogo (1998, p.92) “a Igreja Católica foi a principal instituição promotora de experiências no campo do rádio comunitário ou popular na América Latina”. No Brasil, o registro de iniciativas oriundas da mesma vertente é da década de 1960. Cogo (1998) descreve que o tom moralista que marcava o discurso das rádios católicas causava limitações ao desenvolvimento das experiências. Neste caso, entre 1997 e 1998, houve uma tentativa de colocar a rádio em funcionamento. Um estúdio foi montado e equipado, mas o “técnico” com a responsabilidade de instalar o transmissor não cumpriu com o prometido. Depois disso, surgiu a Lei 9.612/98 regulamentando as condições das rádios comunitárias. A partir daí, as rádios comunitárias não poderiam estar vinculadas às igrejas e os membros da associação desistiram de fundar a rádio, como consta do seu artigo 11:

A entidade detentora de autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária não poderá estabelecer ou manter vínculos que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais. (Lei 9.612/98, Art. 11.)

No final de 1998, a discussão foi retomada por integrantes da comunidade. Uma nova entidade foi criada, a Associação Comunitária Solidariedade. Em 2002 a rádio entrou no ar e assim permaneceu durante três meses, apenas. Foi feito um curso de preparação, com 15 pessoas da comunidade. Segundo Dasembrock (2011) maior parte nunca havia participado de programas de rádio. “A experiência estava aprovada e valeria a continuidade do projeto. Chegamos a ter 30 pessoas na programação”.



A produção dos programas era feita pela própria comunidade, que se revezava na mesa de apresentação. Havia a participação das igrejas católicas locais, que ainda davam sentido ao que era produzido. “Queríamos valorizar a espiritualidade no veículo, de vivência humana e fraterna na busca de soluções para os graves problemas sentidos. Éramos uma rádio em construção”, explica Dasembrock (2011).

Em outubro de 2010 a outorga foi obtida, depois que o grupo de moradores passou por situações difíceis, para localizar um espaço próprio para a instalação da rádio. A associação buscou a colaboração de técnicos, engenheiros e também de políticos de diferentes partidos. Foram pessoas que contribuíram no fornecimento da documentação e atendimento das exigências do Ministério das Comunicações. Segundo Dasembrock (2001), o tempo de espera foi devido às adequações solicitadas pelo ministério em relação aos documentos enviados.

Atualmente a rádio está em fase de implantação. O estúdio foi montado no bairro São Jorge, em um espaço cedido por moradores. A previsão é de que esteja no ar em julho de 2011. As sugestões de temas para a nova grade de programação são variadas: notícias, músicas, religião, literatura, esportes, juventude, mulher, família, temáticas regionais, entre outras. Os objetivos da rádio nessa nova fase são descritos por Dasembrock, que permanece no grupo gestor atual da Associação Comunitária Solidariedade:

Ser apoio para o trabalho das entidades assistenciais, culturais, religiosas e conselhos municipais; estimular os dotes artísticos através de concursos de músicas; apresentar alternativas de geração de emprego e renda; dar voz e vez para a manifestação da população. (Dasembrock, 2011, entrevista)

Os objetivos mencionados pelo morador são o que Paiva (1998, p. 166) considera como diretrizes de uma emissora comunitária: “Um veículo comunitário deve valorizar a cultura local, prestigiando suas formas. Deve necessariamente fomentar a participação da população tanto em projetos urbanos como no próprio veículo. Promover a educação é ainda uma das principais diretrizes”.

Ao se ter contato com a história da constituição da Associação Comunitária Solidariedade e, por conseguinte, da rádio comunitária, é possível perceber o processo de amadurecimento que a comunidade obteve sobre o sentido da comunicação comunitária e da utilização dos recursos de comunicação. Os objetivos para a



constituição do meio foram ampliados. Esse amadurecimento chega ao que Cogo (2010) entende como o ideário da comunicação comunitária:

Não só fazer conteúdo, não só fazer programas. É se apropriar de um universo que passa pelo conteúdo, mas passa também por uma participação nos processos de decisão, de gestão coletiva, saber que linha editorial eu quero, como eu quero me relacionar com essa comunidade, pra quê a minha rádio serve, qual é o compromisso dela, o que ela entende por comunitário, por cidadania. (COGO, 2010, entrevista).

A comunidade, já com certo domínio de técnicas comunicacionais agora compreende o amplo espectro de possibilidades democráticas que surgem a partir da instalação da emissora. Muitas das dificuldades que surgiram ao longo da trajetória da rádio foram superadas. Ainda restam alguns entraves técnicos, de equipamentos para o funcionamento da rádio. Os desafios agora estão em envolver a comunidade na nova fase da constituição da rádio. “É preciso articular com a comunidade as forças comunitárias. As entidades precisam começar a pensar dentro da sua ação a dimensão da comunicação e discutir as políticas públicas”, comenta Dasembrock (2011), que acredita também, que é preciso ultrapassar os obstáculos técnicos para avançar em direção ao envolvimento da população. Trata-se de um novo começo na busca pela participação comunitária.

## **5. Considerações Finais**

A importância das iniciativas de comunicação comunitária em rádio, no sentido de ampliar o conhecimento sobre os horizontes comunicacionais, conduziu à produção deste estudo. Esse processo e os seus significados tiveram início na trajetória acadêmica e agora vai além dos limites da universidade, na continuação do aprendizado proporcionado pela pesquisa. Assim, este trabalho se constitui de parte da pesquisa de conclusão da graduação em jornalismo, com a experiência da rádio Ipanema Comunitária FM, de Porto Alegre/RS, e de estudos posteriores sobre a rádio comunitária localizada no Bairro São Jorge, de Novo Hamburgo/RS. Tratam-se de duas experiências legítimas de comunicação comunitária.

A rádio Ipanema Comunitária, que constitui a primeira parte deste artigo, pode ser constatada como uma experiência legítima, na medida em que: há um histórico claro de formação através de uma mobilização popular, assim como se constituíram historicamente os primeiros veículos alternativos na década de 80; está baseada na lei



9.612/98 das rádios comunitárias, tendo baixa potência, não veiculando anúncios publicitários na programação e sendo financiada pela própria comunidade através da associação cultural; conta com a participação da comunidade na produção, apresentação e técnica dos programas; há diversidade cultural na grade de programação, com diferentes manifestações da população; mantém em sua grade um programa que diz respeito à luta ambiental, tema da criação da rádio; não há interesses comerciais perceptíveis na sua constituição; há uma ideologia clara de oposição ao trabalho da grande mídia.

Por outro lado, a rádio comunitária do Bairro São Jorge também pode ser considerada uma experiência legítima. Desta vez, não por sua grade de programação, considerando-se que ainda está em fase de implantação, mas por sua trajetória, estreitamente ligada ao histórico de constituição das rádios comunitárias no Brasil e na América Latina. Teve início através da Igreja Católica, processo comum no contexto da comunicação comunitária, assim como já mencionado neste artigo com referência de Cogo (1998). Com o surgimento da Lei 9.612/98, passaram a buscar o entendimento da lei e se enquadrar em suas determinações, desvinculando-se da Igreja Católica. A proposta é claramente voltada a atender as necessidades de comunicação da comunidade, que participa dos processos de decisão e formação da rádio.

O contexto do surgimento das emissoras já apresenta diferenças significativas: uma surgiu a partir de um movimento popular, a outra através da Igreja Católica. Outro aspecto que cabe ser mencionado é o tempo para a obtenção da outorga. Enquanto a Ipanema Comunitária a obteve em cerca de três anos, a rádio do Bairro São Jorge levou mais de dez anos para consegui-la. É importante ressaltar que a primeira não solicitou intermediários para atender aos requisitos do Ministério das Comunicações, enquanto que a segunda buscou auxílio de diferentes profissionais e, inclusive, de políticos de diferentes partidos. Outro fator relevante é que a Ipanema Comunitária possuía, já na sua origem, comunicadores frente ao processo, enquanto a rádio do Bairro São Jorge era formada, inicialmente, apenas por integrantes da comunidade católica. Estas questões podem ter influenciado no processo de legalização das emissoras.

Outro ponto a ser destacado é de que a Rádio Ipanema Comunitária alcança certa maturidade, o que ocorre, possivelmente, porque está efetivamente no ar há mais de quatro anos. A comunidade está engajada nos processos da emissora, participa dos programas, da gestão e ajuda a mantê-la. A emissora explora a disseminação de



conteúdos e transmissão via *Internet* e, assim, potencializa as possibilidades de comunicação. Já a rádio comunitária localizada no Bairro São Jorge, apesar de ter iniciado a busca pela legalização mais cedo, esteve em funcionamento por apenas três meses. Acredita-se que a comunidade terá envolvimento mais concreto a partir do momento em que a rádio estiver no ar, quando a população puder perceber a importância da comunicação na localidade.

Além das constatações acima mencionadas, o trabalho que resultou neste artigo possibilitou aprimorar o entendimento sobre diferentes experiências e contextos da comunicação popular. O estudo busca contribuir com o avanço das pesquisas relacionadas à temática das rádios comunitárias. Considera-se que este trabalho apresenta fundamentos básicos e espera-se que novas pesquisas sejam estimuladas, no sentido de aprofundar os conhecimentos sobre o tema.

## REFERÊNCIAS

**Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária.** Disponível em: <http://www.abraconacional.org>. Acesso em 22. set. 2010.

**Associação Mundial de Rádios Comunitárias.** Disponível em: [www.brasil.amarc.org](http://www.brasil.amarc.org). Acesso em 22. set. 2010.

COGO, Denise Maria. **No ar... uma rádio comunitária.** – São Paulo: Paulinas, 1998. 226 p.

\_\_\_\_\_. **Mídias Comunitárias: outros cenários e cidadanias.** Disponível em: [www.direitos.org.br/index.php](http://www.direitos.org.br/index.php). Acesso em 13. set. 2010.

COGO, Denise Maria. Pós-doutora em ciências da comunicação, professora da Universidade do Vale do Rio do Sinos. Entrevista realizada em 18 de maio de 2010.

DASEMBROCK, Lourenço. Integrante da Associação Comunitária Solidariedade. Entrevista realizada em 23 de junho de 2011.

DOWNING, John D. H. **Mídia radical: Rebeldia nas comunicações e movimentos sociais.** São Paulo: Senac, 2004. 544 p.

**Enciclopédia INTERCOM de Comunicação.** São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2010. 1242 p.



ENGEL, Doraci. Jornalista, gestor da rádio *Ipanema Comunitária FM*. Entrevista realizada em 02 de setembro de 2010.

FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio: o veículo, a história e a técnica**. Porto Alegre: Dora Luzzatto, 2007. 374 p.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2008. 200 p.

**Ipanema Comunitária**. Disponível em [www.ipanemacomunitaria.com.br](http://www.ipanemacomunitaria.com.br). Acesso em 02. nov, 2010.

PAIVA, Raquel. **O espírito comum: comunidade, mídia e globalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. 205 p.

PERUZZO, Círcia Maria Krohling. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. 342 p.

\_\_\_\_\_. **Desafios da Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa na Cibercultura**. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-3359-1.pdf>. Acesso em 12. set. 2010.

\_\_\_\_\_; COGO, Denise; Kaplún, Gabriel. **Comunicação e movimentos populares: quais redes?**. São Leopoldo: Ed. Unisinos; La Habana: Centro Memorial Dr. Martin Luther King, Jr.; Montevideo: Ciências de la Comunicación, Universidad de la República, 2002. 360 p.